

Desregulamentação financeira, concentração bancária e exclusão financeira no Brasil na década de 1990

SOUZA, Henrique Pavan Beiro de
Estudante de doutorado do Programa de Ciências Humanas e Sociais - UFABC
henrique.beiro@ufabc.edu.br

RESUMO

Este trabalho pretende analisar o processo de exclusão financeira visto no Brasil a partir das transformações econômicas ocorridas na década de 1990. Por exclusão financeira, entende-se aqui o parco acesso de certas camadas da população a serviços bancários básicos como abertura de contas, utilização de crédito e poupança. Como este processo é marcadamente regional, utiliza-se aqui o referencial teórico da economia monetária pós-keynesiana que dá marcada ênfase ao papel da moeda – e, por suposto, da preferência liquidez, das incertezas e dos mercados financeiros – em influenciar a atividade econômica local. Além disso, este movimento de concentração bancária regional também é visto aqui a partir dos determinantes da desregulamentação financeira e das políticas de reestruturação dos serviços bancários ocorridas, em escala global, principalmente a partir dos anos 1980.

Palavras-chave: Exclusão financeira; concentração bancária; desregulamentação financeira; economia pós-keynesiana; Brasil anos 1990.

ABSTRACT

This paper analyzes the financial exclusion process seen in Brazil since the economic transformations that took place in the 1990s. By financial exclusion, it is understood here the meager access of certain sections of the population to basic banking services such as account opening, use of credit and savings. As this process is markedly regional, we use here the theoretical framework of post-Keynesian monetary economics that gives marked emphasis on the role of money - and, of course, the preference liquidity, uncertainties and financial markets - in influencing local economic activity. Moreover, this movement of regional bank concentration is also seen here from the determinants of financial deregulation and restructuring policies of banking services occurring on a global scale, mainly from the 1980s.

Keywords: Financial exclusion; bank concentration; financial deregulation; post-Keynesian economics; Brazil in the 1990s.

1. Introdução

Este trabalho tem por objetivo apontar as motivações macroestruturais do processo de exclusão financeira no Brasil. Como aspectos macroestruturais entendemos a dinâmica da globalização financeira que se acentua a partir do fim dos anos de Bretton Woods. Tal dinâmica, por suposto, tem o seu corolário na contraofensiva ortodoxa que se manifesta tanto na teoria quanto na política econômica dos países: a preconização do ajuste estrutural monetarista – e, a partir dos anos 1980 – novo-clássico, com ênfase na redução da presença do Estado na economia, na flexibilização do mercado de trabalho e na desregulamentação financeira que desponta como desafio para os bancos e seus clientes. Esta grande transformação se manifesta nos países em desenvolvimento – caso do Brasil – notadamente a partir da crise da dívida externa e ainda mais intensamente na década de 1990.

Evidentemente que o fenômeno da exclusão financeira é multifacetado, possuindo determinações múltiplas. Para além dos ajustes macro e microeconômicos¹ que afetam a atividade bancária e os sistemas financeiros como um todo, deve-se observar que aspectos relacionados a questões étnico-raciais, localização geográfica, autoexclusão também respondem pela exclusão ou má inserção de contingentes populacionais no mercado de crédito. Assim sendo, um trabalho mais amplo sobre exclusão financeira deveria levar em conta todos estes aspectos.

Em nosso caso, a ênfase em processos macroestruturais está ligada à escolha teórica. Partimos do pressuposto pós-keynesiano que aponta a moeda como um ativo capaz de influenciar a demanda agregada e, por conseguinte, o nível de renda. Como, dentro deste mesmo arcabouço teórico, os agentes tomam decisões em um estado de permanente incerteza, a preferência pela liquidez pode vir a ser um entrave no desenvolvimento de um sistema financeiro sólido. Desta forma, quanto maior a preferência pela liquidez – isto é, quanto maior for a incerteza -, menor será a aplicação

¹ As transformações macroestruturais aqui evidenciadas têm influenciado questões microeconômicas relacionadas às empresas como um todo. Políticas de *downsizing*, *outsourcing* e automação são respostas à redução das taxas de lucratividade e ao aumento dos custos decorrentes da crise do petróleo. A volatilidade cambial e das taxas de juros também respondem por um cenário mais arriscado, no qual a gestão eficiente de custos e processos passa a ser um imperativo. Com efeito, as empresas financeiras também passarão por tais alterações conforme veremos mais adiante.

monetária em ativos financeiros e menor será a disponibilidade de crédito. Tal fator resulta em insuficiência de demanda agregada, determinando crucialmente baixos níveis de investimento e de geração de renda e emprego. Em suma, de acordo com esta visão, a moeda se torna endógena e não neutra, ao afetar decisivamente as variáveis reais da economia.

Ao colocarmos tal perspectiva em termos regionais, percebe-se a importância do estado de incertezas e, portanto, do nível de preferência pela liquidez como determinante do nível de crédito e financiamento bancário disponível para localidades distintas. As diferenças em preferências pela liquidez em distintas regiões podem afetar decisivamente os estoques de capital disponíveis para o financiamento de atividades produtivas e de consumo. Nas regiões periféricas, a preferência pela liquidez é maior ocasionando maior concentração de crédito nas regiões centrais. Assim sendo, o processo de exclusão financeira pode se retroalimentar. Segundo Myrdal (apud Figueiredo, 2006), o processo de expansão econômica cria externalidades em um processo dinâmico ao longo do tempo. Tais externalidades são mutuamente reforçadas gerando cada vez maior concentração de investimentos nas áreas centrais. Por sua vez, as regiões periféricas se deterioram através da emigração, da remessa de capitais e da importação. No plano monetário-financeiro tal concentração se expressa no sistema bancário e na maturação do mercado de capitais. Com isto, há maior liquidez nos mercados centrais o que reduz níveis de risco e incerteza, forçando uma baixa nas taxas de juros. Com efeito, isto possibilita financiamentos em larga escala, viabilizando maiores investimentos, reforçando a dinâmica da acumulação e dos ímpetus inovadores (Schumpeter, 1982).

Desta forma, veremos que os processos gerais que têm pautado a reestruturação bancária movem as empresas financeiras para regiões que concentram maior dinamismo em sua atividade econômica, regiões estas que, por sua vez, estão ligadas às redes de interdependência financeira, econômica e cultural mundiais. Assim sendo, o fenômeno da liberalização econômico-financeira reforça e evidencia as premissas do fenômeno da causalção circular cumulativa.

Na primeira seção, analisaremos os fatos macroestruturais determinantes que impactam na reestruturação da atividade bancária. Em seguida, colocaremos em

evidência, a relação deste cenário econômico com a política econômica, bem como com o padrão de inserção externa do Brasil a partir dos anos 1990. Por fim, disponibilizaremos alguns dados da exclusão financeira no Brasil, pretendo relacioná-los com esta dinâmica macroestrutural ao mesmo tempo em que resgatamos o referencial teórico pós-keynesiano para auxiliar na explanação dos dados.

2. Desregulamentação financeira, liberalização econômica e a atividade bancária

Nos 25 anos subsequentes ao término da Segunda Guerra Mundial, a indústria financeira desenvolveu suas atividades de forma responsiva ao padrão de acumulação vigente à época. O regime de acumulação fordista e a criação de seu mercado de massa resultou na popularização das contas bancárias e de instrumentos de financiamento imobiliário, empresarial, pessoal etc. Houve a expansão da poupança agregada que permitiu a captação de recursos para o fortalecimento da liquidez no sistema. Além disso, o próprio regime de Bretton Woods possibilitou uma certa estabilidade neste movimento. A regulação dos mercados de capitais, das taxas de câmbio e da própria atividade bancária permitiu que o capital-dinheiro fosse canalizado para o sistema produtivo e para o financiamento do consumo. A gestão de riscos era mais eficiente até porque a complexidade do sistema era reduzida.

Porém o próprio regime de acumulação deste período criou as condições para as transformações ocorridas a partir da década de 1970. O crescimento econômico ingurgitou o sistema financeiro europeu – notadamente o mercado de eurodólares em Londres -, fenômeno reforçado pelos déficits comercial e fiscal dos Estados Unidos. A discrepância entre a quantidade de dólares e as reservas em ouro norte-americanas fez com que os Estados Unidos abolissem a conversibilidade dólar-ouro, encerrando formalmente o acordo de Bretton Woods. O que se vê a partir da década de 1970 é um processo de crescente volatilidade financeira causado pela enorme liquidez mundial – reforçada pela circulação dos petrodólares – e pela liberação das taxas de câmbio (ARRIGHI, 1996).

Este cenário, juntamente com a crescente entrada das ideias monetaristas na política macroeconômica, fez com que a atividade bancária mudasse sensivelmente. Neste contexto, a busca pelo controle da atividade econômica e do nível de preços a partir da regulação da oferta monetária apresenta aos bancos um contexto de maior volatilidade nas taxas de juros. Ademais, a contrarrevolução ortodoxa também reintroduziu no *mainstream economics* a ênfase na economia da oferta, resultando disso as políticas de ajuste micro e macroeconômicos que resultariam em maior eficiência por parte das empresas. Os bancos, com efeito, respondem a este cenário reestruturando suas operações, adentrando na automação, segmentando seus mercados, procurando maior eficácia na gestão de riscos e, principalmente, buscando alternativas de investimento nos países em desenvolvimento (DIMSKY, 2007; LEYSHON & THRIFT, 1996).

Segundo Dimsky e Li (2003), a partir das duas últimas décadas do século XX, os estratos de renda mais alta adquiriram acesso imediato a informações acerca de transações financeiras em geral. O fenômeno a globalização financeira e das telecomunicações favoreceu a dinamização dos fluxos financeiros entre as camadas endinheiradas e permitiu maior concentração de riqueza financeira. Nos anos 2000, isso tudo foi reforçado – notadamente nos Estados Unidos – por políticas de redução de impostos à la “tricke-down” que, ao contrário de favorecer a atividade econômica e os investimentos produtivos, inflaram a esfera financeira tendo como corolário a formação de bolhas, a proliferação de paraísos fiscais e a concentração de riqueza (BELLUZZO, 2011).

Outro fator presente neste contexto são as políticas de redução do Estado de Bem Estar Social – fenômeno eminentemente ligado à reação ortodoxa. Com isto, a seguridade social dá espaço aos fundos privados de aposentadoria, fortalecendo a atuação dos investidores institucionais. Com efeito, a abertura destes mercados significou a emergência de uma série de produtos e novas estratégias que se relacionam com a proliferação da utilização de derivativos como meios de securitizar carteiras de crédito e diversos ativos, bem como a própria diversificação de tipos de fundos e aplicações que os bancos passam a oferecer a seus clientes. Assim sendo, surge uma fatia de mercado altamente interessante que atrai o foco dos grandes bancos, pela

elevada disponibilidade de recursos a serem administrados, ainda mais em um cenário de globalização dos mercados financeiros. (CARVALHO; STUDART; ALVES JR, A.J., 2002)

Em linhas gerais, o que se tem visto neste processo de reestruturação bancária é um movimento de concentração da atividade financeira. Os bancos têm aprendido a transferir riscos para o mercado secundário em operações com derivativos. Este processo, com efeito, está associado à desregulamentação da atividade financeira que permite a criação de tais produtos inovadores. Isto se traduz na falsa sensação de securitização já que o risco se torna sistêmico ao ser transferido para todo o mercado. O que significa que grandes empresas e pessoas físicas de perfil *prime* recebem serviços sofisticados, integrados e “securitizados”, enquanto juros altos e elevadas tarifas se direcionam a clientes de perfil mais baixo.

3. Alterações na estrutura bancária brasileira e suas relações com a exclusão financeira

A exclusão financeira se caracteriza pelo pouco ou nenhum acesso a serviços financeiros básicos, considerados aqui a posse de contas bancárias, a utilização de poupança e de cartões de crédito, além de opções por aquisição de crédito (CROCCO; SANTOS; FIGUEIREDO, 2013; LEYSHON & THRIFT, 1995). Neste aspecto, podemos considerar múltiplas formas de exclusão financeira. A questão geográfica apresenta aspecto relevante neste artigo, na medida em que a presença de agências bancárias próximas às residências dos moradores é fator crucial de inclusão financeira. Isto porque boa parte da população de baixa renda ainda não utiliza serviços de internet banking e de aplicativos nos telefones celulares. Há, portanto, um aspecto marcadamente regional da exclusão financeira.

É de se notar também, que outras formas de exclusão aparecem: i) a exclusão de acesso, que se caracteriza pela insuficiência de oferta de serviços financeiros dados os elevados custos de transação e alto nível de risco associado a tomadores de baixa renda; ii) a exclusão por condicionantes, que se refere à limitada capacidade das instituições

em captar o perfil de mercado dos clientes - a este respeito, Lana (2013) afirma que os bancos apresentam dificuldades em detectar o comportamento dos consumidores o que se traduz em limitada capacidade de desenvolver produtos financeiros de acordo com suas necessidades. A transposição deste obstáculo deve residir na realização de um conjunto de pesquisas que permitam traçar o perfil deste público que, hipoteticamente, é formado por pessoas parcamente inseridas no mercado de trabalho, idosos, mães solteiras, minorias étnicas e moradoras em regiões isoladas. Em outras palavras, as causas da exclusão financeira repousam também sobre o perfil da demanda e não somente em problemas de oferta, embora estes tenham demasiada importância, sobretudo no que se refere a questões macroestruturais do sistema financeiro nacional e internacional; iii) a exclusão por preço se refere a tarifas e custos dos serviços que impedem a entrada de famílias de baixa renda no mercado de crédito e a iv) exclusão por marketing está relacionada a tendências de segmentação de mercado que orientam a publicidade para públicos-alvo considerados mais estratégicos. Por fim, cumpre notar que a v) autoexclusão também faz parte deste processo. Fuller (1998) argumenta que, embora excluídas do sistema de crédito formal, a maioria das pessoas possui ainda algum grau de escolha que as permite buscar outras fontes de financiamento. O resultado desta *agency* individual e coletiva é o desenvolvimento do setor informal, no qual prolifera a agiotagem e elevadas taxas de juros. Por outro lado, há também a criação de sistemas monetários alternativos, tais como cooperativas de crédito, bancos comunitários, clubes de troca e moedas sociais em geral.

O movimento de concentração bancária regional e de exclusão financeira no Brasil deve ser compreendido à luz de dois processos históricos cruciais: primeiramente, pela explosão da crise da dívida em 1982 que expôs nosso padrão de desenvolvimento dependente do fluxo de capital estrangeiro e abriu caminho para a persistente volatilidade das taxas de juros. Este fator impulsionou a reorientação dos bancos para segmentos de mercado considerados mais seguros, acentuando o processo de exclusão financeira. Em segundo lugar, deve-se considerar a abertura econômica da década de 1990, a qual permitiu a entrada maciça de Investimento Estrangeiro Direto no setor bancário, integrando desta forma, o setor financeiro nacional à dinâmica global. De acordo com dados organizados por Carvalho, Studart e Alves Jr. (2002, p. 10), a

participação de bancos estrangeiros em ativos totais do sistema bancário brasileiro saltou de 8,4% em 1994 a 23% em 2000. Isto posto, analisemos agora dados relativos à distribuição de agências bancárias e de exclusão financeira no Brasil.

Até a década de 1980, a distribuição de agências bancárias segue um padrão de crescimento peculiar. O número de agências cresce de 1360 em 1940 para 10.122 em 1979. Há um processo de grande dispersão pelo território que foi motivado pela expansão dos bancos públicos, mas também pelo processo de fusão dos bancos privados ocorrido ao longo dos anos 1970. Estes expandiram a oferta de empréstimos por possuírem grande disponibilidade de capital e pela segurança que os ganhos inflacionários proporcionavam. Ainda que este processo de dispersão tenha sido significativo, Corrêa (2006) nota que as praças de maior dinamismo econômico – sobretudo o Sudeste – concentravam o maior número de agências no período.

A partir dos anos 1980, o padrão de distribuição regional das agências não se altera de forma significativa. Todavia, ocorrem mudanças de cunho operacional e de composição no balanço dos bancos. Com a crise da dívida, o surto inflacionário, a estagnação econômica e a mudança de indexadores – sobretudo pelas maxidesvalorizações cambiais do início da década que alteraram o regime até então vigente de minidesvalorizações -, os bancos passaram a auferir maiores ganhos em operações financeiras, intermediando captações de fundos com aplicações nas taxas overnight. Este cenário é assim resumido por Corrêa (2006):

A grande lucratividade bancária destaca-se no período e é bastante interessante, pois permanece em um momento em que a estrutura de ativos apresenta sérios problemas e em que a estrutura passiva mostra riscos potenciais. A redução do *spread* creditício mostra que a origem do lucro vem de aspectos não operacionais, no caso, da aplicação no *open market* do saldo de disponibilidades líquidas. (...) A adaptação dos intermediários financeiros privados é rápida e não afeta a lucratividade: quando se apresentam problemas do lado da oferta de créditos, rapidamente é possível ajustar a estrutura de ativos e passivos para exacerbar a lógica especulativa. De outro lado, toda vez que há uma queda repentina na inflação e/ou nos juros e um crescimento na demanda de crédito de curto prazo, a resposta do sistema também é rápida, com tendência à expansão imediata do crédito corrente. (CORRÊA, 2006, p. 177)

Esta flexibilidade de adaptação aos cenários explica a expansão do crédito em momentos imediatamente posteriores ao Plano Cruzado, por exemplo. Isto também explica o foco do Plano Collor no congelamento de preços conjugado ao bloqueio de ativos financeiros que se transformavam em liquidez, pressionando ainda mais a inflação.

Tal cenário de atuação será parcialmente alterado ao longo dos anos 1990 pelo controle da inflação e pela abertura econômica. No primeiro caso, boa parte das instituições que garantiam rentabilidade com operações de *floating* deixaram de existir ou foram assumidas por outros bancos. Outras se adaptaram, promovendo políticas de redução de custos e aumentando operações de crédito agora facilitadas pela estabilização monetária. No segundo caso – o da abertura econômica e das privatizações –, a entrada de bancos estrangeiros ativou um processo de fusões e aquisições, diminuindo o papel e escopo dos bancos públicos.

Em termos de atuação no mercado, esta nova composição bancária conseguiu manter a flexibilidade responsiva ao cenário da década. Houve um primeiro momento de expansão do crédito logo após a adoção do Plano Real que foi abortado pelas sucessivas crises internacionais – mexicana, asiática etc. – e pela política monetária restritiva. Neste contexto, os bancos passam a alternar ganhos em operações de crédito com ganhos decorrentes em aplicações em títulos e valores mobiliários. Todavia, em termos estruturais, as privatizações no setor deixaram sua marca no que concerne à distribuição regional da atividade financeira. Ainda segundo Corrêa (2006), a redução da participação de bancos públicos comprometidos em atuações regionais – redução esta motivada pelas privatizações e pelo processo de aquisições no setor – reforçou a tendência à concentração no Sudeste, enquanto que a região Nordeste foi a que mais perdeu espaço. Em termos de oferta de empréstimos, a primeira foi responsável pela liberação de 75,98% do crédito regional em 2002, enquanto que a segunda, de um pico de 9,6% em 1998 caiu ao patamar de 6,3% em 2002 (Idem, pp. 202-203).

A partir de agora, serão apresentados alguns dados detalhados que demonstram o processo de exclusão financeira no Brasil a partir dos anos 1990. Tais dados estão relacionados de acordo com questões geográficas que demonstram a escassez de acesso a agências bancárias em municípios e regiões do país e também relacionados à maneira

como as pessoas de baixa renda acessam os serviços financeiros. Neste segundo caso, falamos não de uma exclusão total, mas sim de uma limitação ao acesso de alguns serviços básicos.

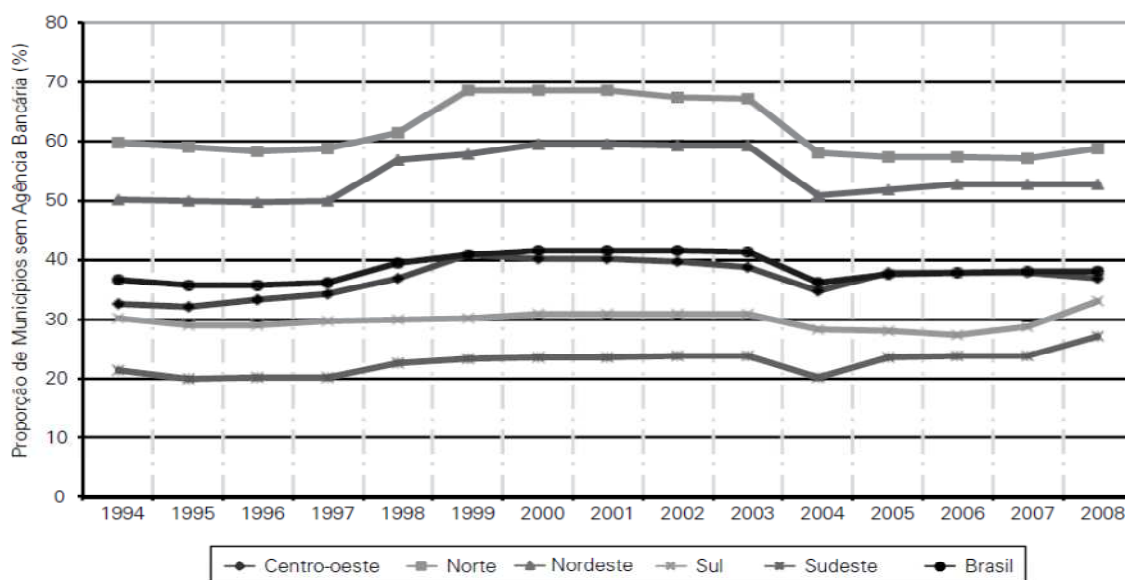


Gráfico 01 - Proporção de municípios sem agência bancária
Fonte: CROCCO; SANTOS; FIGUEIREDO, 2013, p. 516.

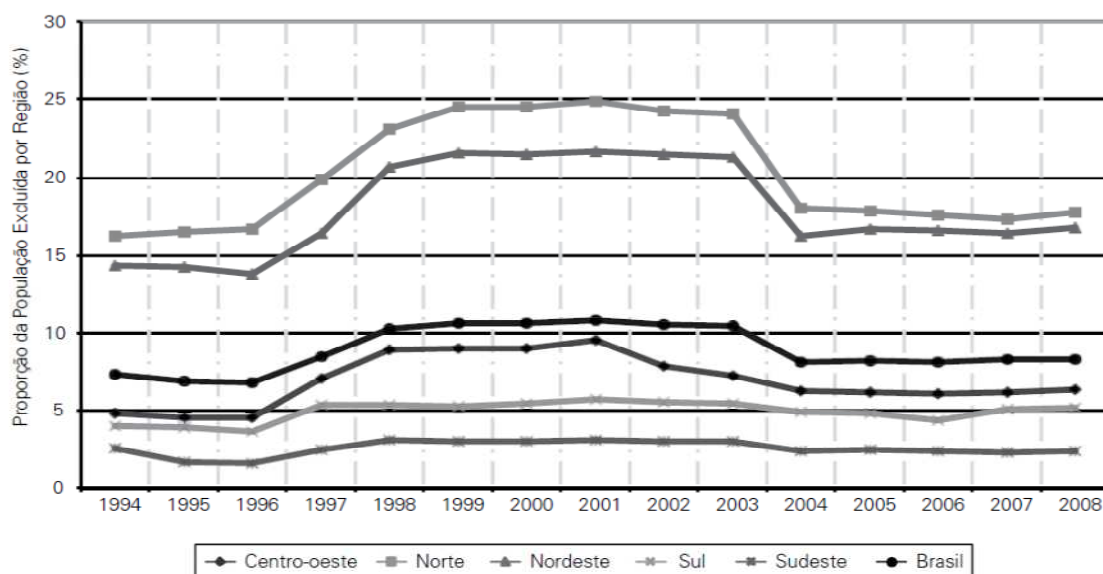


Gráfico 02 - Proporção de população excluída por região
Fonte: Idem, p. 517.

A análise dos gráficos demonstra que ente 1995 e 2003, houve uma acentuação do processo de exclusão financeira, tanto pelo indicador de municípios atendidos por

agências bancárias, como pelo percentual de população excluída financeiramente. A partir de 2003, nota-se uma relativa desconcentração bancária e uma tímida reversão do processo de exclusão, fato relacionado à política de fortalecimento e expansão dos bancos públicos verificada a partir do governo Lula. Ademais, o aumento de renda das camadas mais pobres da população atraiu um volume maior de instituições financeiras para regiões consideradas periféricas. De qualquer maneira, o padrão verificado a partir da década de 1990 não se altera de forma estrutural: há ainda elevada concentração nas regiões Sul e Sudeste em detrimento de outras áreas do país.

Quando são analisados dados a partir da disponibilidade de serviços financeiros básicos, tais como depósitos e aplicações, o padrão de concentração segue a mesma lógica. Como afirma Corrêa (2006),

No que tange ao movimento dos depósitos (...) podemos ver que em 1994 a Região Sudeste era responsável pela captação de 69,5% deles no sistema bancário nacional. Apenas o Estado de São Paulo respondia por 49,2% e era seguido, bem atrás, pelos estados do Rio de Janeiro (11,76%), Distrito Federal (12,42%) e Minas Gerais (7,99%). (...) De outro lado, quando analisamos as aplicações (...), vemos que a distribuição básica é essencialmente a mesma. São Paulo respondia por 64,1% do total, seguido pelo Rio de Janeiro (9,62%), pelo Distrito Federal (6,46%) e por Minas Gerais (6,44%). (CORRÊA, 2006, p. 201)

Com relação a grupos sociais, Lana (2013) nos traz uma série de dados relacionando o percentual de acesso a serviços financeiros com diversos perfis de renda.

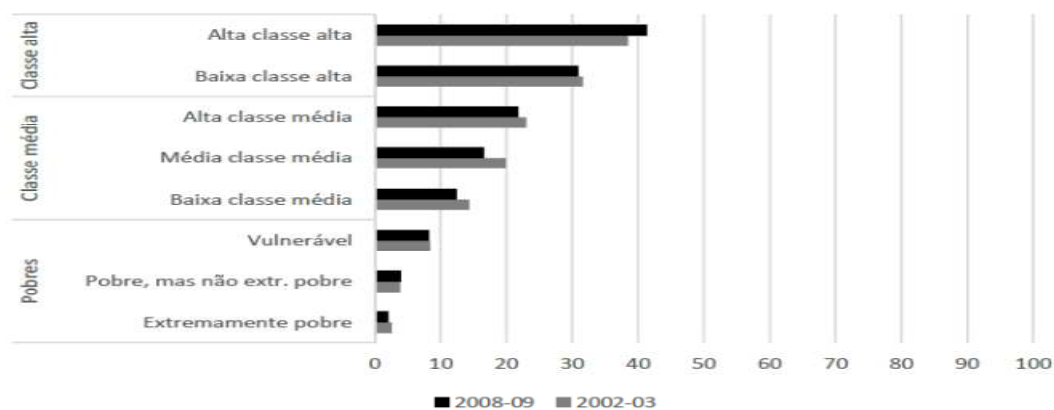


Gráfico 03 - Proporção de famílias que movimentou a poupança no período segundo classes sociais

Fonte: LANA, 2013, p. 47

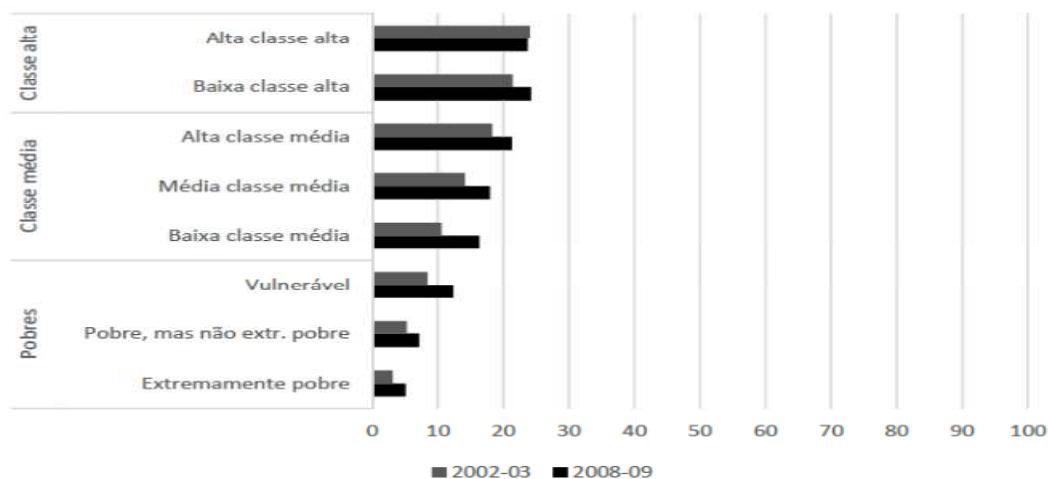


Gráfico 04 - Proporção de famílias que participou do mercado de crédito no período segundo classes sociais
Fonte: Ibid., p. 48.

Os dados relativos à poupança demonstram que menos de 10% das famílias pobres utilizaram este serviço no período de 2002-2003. Isto significa que a quantidade de pessoas que tem mínimas condições de poupar e, portanto, planejar pequenas aplicações e se salvaguardar de eventuais oscilações da atividade econômica e do mercado de trabalho, dentro deste grupo social, é mínima. Dado semelhante se repete no quesito acesso ao crédito, ainda que no período 2008-2009 tenha ocorrido alguma melhora.

Assim sendo, as características do processo de reorganização do sistema financeiro a partir dos anos 1990 se apresentam de forma clara, mesmo quando se analisa o período posterior a 2003, quando houve algum movimento de desconcentração regional e de inclusão financeira. As explicações para a inércia deste padrão já foram dadas anteriormente, mas cabe reforçar alguns aspectos teóricos da escola pós-keynesiana que facilitam a compreensão deste fenômeno.

Como já dito, o estado de incerteza permanente faz com que as decisões de investimento por parte dos empresários sejam tomadas por suas expectativas formadas em um ambiente convencional. Em outras palavras, significa dizer que a mensuração de risco probabilístico é limitada pelo desconhecimento que se tem acerca das variáveis que presidem tanto o momento de tomada de decisão quanto os acontecimentos futuros.

Com isso, os agentes agem de acordo com informações disponíveis no presente e com o padrão de comportamento de outros agentes. Em uma sociedade desigual, isto significa que este padrão de tomada de decisões tende a reforçar tal desigualdade, na medida em que, ao verificarem uma situação de baixas oportunidades de retornos em uma dada região e ao formarem expectativas com perspectivas para o futuro, os bancos acabam por reforçar sua atuação em regiões que convencionalmente são aceitas como dinâmicas. Esse fato, é reforçado pelo processo de hierarquização regional da atividade financeira: estando os centros decisórios concentrados nas regiões Sul e Sudeste, a disponibilidade de informações sobre projetos realizados na periferia tende a ser mais escassa. Como afirma Amado (2006):

Dada a base mais remota de informações dos projetos da periferia, os bancos do centro tendem a estender empréstimos para a periferia via projetos de empresas que têm suas sedes no centro, uma vez que, assim, a volatilidade da base de informações é menor. Contudo, isso representa dois problemas fundamentais em termos regionais: a) esses projetos, normalmente, mantêm elos mais estreitos com a economia da região central e, desta forma, apresentam maiores coeficientes de importação que projetos da própria região periférica, reduzindo, dessa forma, tanto os multiplicadores de renda quanto os multiplicadores bancários; e b) esses projetos tendem a usar com maior intensidade ativos da região central para especular e, portanto, causam vazamentos na conta de capitais que se refletem num menor multiplicador monetário. Isso posto, observamos que o favorecimento desses projetos leva a maior perda de reservas por parte do sistema bancário operante na periferia, o que amplia as vantagens comparativas dos bancos com sedes no centro. Assim, temos um sistema de retroalimentação em que a concentração bancária reforça a concentração industrial e esta reforça a concentração bancária. (AMADO, 2006, p. 152)

Portanto, o fenômeno da causação circular cumulativa descrito por Myrdal (1968) é ao mesmo tempo causa e consequência do processo de exclusão financeira. Isto significa que a busca por um processo de desenvolvimento mais igualitário e inclusivo passa pela descentralização da oferta de crédito e de serviços bancários em geral, o que coloca em destaque a importância de políticas públicas que estimulem a interiorização bancária com a concomitante disponibilização de serviços financeiros precificados e segmentados de forma adequada ao perfil das famílias de baixa renda. Neste quesito o papel dos bancos públicos é fundamental, mas não somente isso. As últimas décadas vêm presenciando a irrupção de arranjos monetários e financeiros alternativos que atuam de forma responsiva ao cenário de instabilidade típico da globalização financeira.

Tais arranjos são caracterizados tanto por cooperativas de crédito quando pelas chamadas *Local Exchange Trading Systems (LETS)*, que se constituem na criação de moedas sociais cuja circulação é motivada para fins coletivos e solidários. Assim sendo, a análise destes tipos de organização se faz relevante e desafiadora quando confrontada com o perfil de exclusão financeira vigente no Brasil e no mundo.

4. Considerações finais

O que se conclui a partir do levantamento teórico e bibliográfico realizado neste artigo, assim como da análise de dados é que o processo de desregulamentação financeira ocorrido após o desmonte do sistema de Bretton Woods – processo este associada à retomada de vigor de políticas econômicas de cunho ortodoxo que impuseram ajuste fiscal, monetário, trabalhista e reestruturação produtiva no âmbito das empresas – fez com que a atividade bancária se desenvolvesse de forma mais concentrada em termos regionais e sociais. Isto acarretou o aumento da exclusão financeira tanto em países desenvolvidos como naqueles em desenvolvimento.

No caso destes últimos, uma consequência deste processo de liberalização financeira foi a explosão da crise da dívida, a qual deixou suas contas de capitais e seus sistemas econômicos expostos à volatilidade cambial e de juros. Neste processo, os bancos tiveram de adaptar suas estratégias de atuação, auferindo mais ganhos financeiros que operacionais. A partir dos anos 1990, a abertura para os fluxos de IED, reforçou a lógica da globalização financeira, fazendo com que os bancos nacionais se integrassem a dinâmica de decisões dos centros financeiros globais. Com efeito, este processo não contribuiu para a desconcentração regional da atividade bancária e tampouco para a inclusão financeira.

Com efeito, a atuação livre dos mercados e empresas acaba reforçando a concentração de investimentos em regiões nas quais os níveis de incerteza e de preferência por liquidez são menores. Assim sendo, faz-se mister que uma atuação mais marcante por parte das autoridades econômicas estimule a descentralização da atividade financeira, seja a partir do incentivo a bancos públicos, seja a partir de políticas que fomentem associações monetárias e creditícias alternativas.

5. Referências bibliográficas

AMADO, Adriana Moreia. *Impactos regionais do processo de reestruturação bancária no início dos anos 1990*. In: CROCCO, Marco & JAYME JR., Frederico G. (Org.) *Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ARAUJO, Eliane; TADA, George. Crédito, Moeda e Desenvolvimento Regional à Luz da Teoria Pós-Keynesiana da Não-Neutralidade da Moeda. In: XIV ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL ANPEC SUL, 2011, Florianópolis - Santa Catarina. Anais do XIV ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL ANPEC SUL, 2011.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo: Unesp, 1996.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. “Ecos da Era Reagan no Brasil de Dilma”. Valor Econômico, 06 de Setembro de 2011.

CARVALHO, Carlos Eduardo; STUDART, Rogério; ALVES JR, Antônio José. *Desnacionalização do setor bancário e financiamento das empresas: a experiência brasileira recente*. Brasília: IPEA, 2002.

CORRÊA, Vanessa Petrelli. *Distribuição de agências bancárias e concentração financeira nas praças de maior dinamismo econômico – um estudo dos anos 1980 e 1990*. In: CROCCO, M.; JAYME JR., F.G. *Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CROCCO, Marco Aurelio; SANTOS, Fabiana; FIGUEIREDO, Ana. Exclusão financeira no Brasil: uma análise regional exploratória. *Revista de Economia Política*, vol. 33, no 3 (132), pp. 505-526, julho-setembro/2013.

DYMSKI, Gary. *Exclusão e eficiência: a transformação global do core banking, um estudo de caso do Brasil*. In Paula, L.F. and Oreiro, J.L. (ed.). *Sistema Financeiro*. Rio de Janeiro: Campus/ Elsevier, pp. 255 – 283, 2007.

DYMSKY, Gary; LI, W. The Macrostructure of Financial Exclusion: Mainstream, Ethnic, and Fringe Banks in Money Space . *Espace, populations, sociétés*, 2003-1. *Diversité des populations d'Amérique du Nord*. pp. 183-201.

EICHENGREEN, Barry. *A globalização do capital*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

FIGUEIREDO, Ana Tereza. Lanna. . O papel da moeda nas teorias do desenvolvimento desigual: uma abordagem pós-keynesiana.. *Análise Econômica*, Porto Alegre, ano 27, n. 52, p. 185-200, set. 2009.

FULLER, Duncan. Credit Union Development: financial inclusion and exclusion. *Geoforum*, Vol. 29, No. 2, pp. 145-157, 1998.

KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.

LANA, Toneydson Pereira. *Exclusão financeira e sua relação com a pobreza e desigualdade de renda no Brasil*. 2013, 238 f.. Tese (Doutorado em Economia), Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

LEYSHON, Andrew; THRIFT, Nigel. Geographies of financial exclusion: financial abandonment in Britain and the United States. *Transaction of the Institute of British Geographers*. New Serie, n. 20,p. 312-41, 1995.

LEYSHON, Andrew; THRIFT, Nigel. Financial exclusion and the shifting boundaries of the financial system. *Environment and Planning A* 28(7) 1150 – 1156, 1996.

MYRDAL, Gunnar. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

RIBEIRO, Alcimar das Chagas; MAROUVO, Claudio de Carvalho . O Papel da Moeda no Processo de Desenvolvimento Econômico Regional. In: *XVI Encontro Regional de Economia*, 2011, Fortaleza. XVI Encontro Regional de Economia, 2011.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SILVA, José Carlos da. *Reestruturação no setor bancário: trabalho e resistência no processo de reestruturação do Besc*. 2006, 334 f.. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.